

A LITERATURA PÓS-COLONIAL MOÇAMBICANA: “NINGUÉM MATOU SUHURA”, DE LÍLIA MOMPLÉ

Mozambique's postcolonial literature: “Ninguém matou Suhura” by Lília Momplé

Anselmo Peres Alós

UFSM

Bárbara Loureiro Andreta

UFSM

Mônica Saldanha Dalcol

UFSM

RESUMO

O conto “Ninguém matou Suhura” é ambientado na Ilha de Moçambique e se passa em novembro de 1970. Esse conto trata do estupro e assassinato de Suhura pelo Senhor Administrador, um português que acumulava as funções de Administrador de Distrito e Presidente da Câmara. O conto denuncia a violência praticada pelos portugueses em suas colônias africanas e a relação que estabeleciam com os negros africanos. Simone Weil (2001) olha de frente para o imenso problema do colonialismo e não poupa palavras certas e duras para denunciar a cruel violência que por trás dele se esconde, atribuindo, como consequências desse, o despovoamento dos campos, que redundam na morte social, assim como o massacre de povos e a diminuição dos mesmos em continentes como a África e a submissão desses povos à escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: “Ninguém matou Suhura”; colonialismo em África; Lília Momplé; conto moçambicano.

ABSTRACT

The short story “Ninguém matou Suhura” is set in the Island of Mozambique in November 1970. This short story is about the raping and murder of Suhura, a teenage Mozambican girl. Such crimes were committed by the Lord Administrator, a Portuguese man who had two high ruling positions: one as the Administrator of the district and the other as the City Council President. This short story denounces the violence practiced by the Portuguese colonizers against the local African people and the relation established with the black Africans. Simone Weil (2001) faces the huge problem concerning the Portuguese colonialism and uses specific words to denounce the cruel violence hidden behind it. She attributes to this process the consequences as the depopulation of the fields, which ends up as social death as well as the massacre and consequent reduction of African Peoples and their submission to slavery.

Keywords: “Ninguém matou Suhura”; colonialism in Africa; Lília Momplé; Mozambican short story.

Introdução

A escritora moçambicana Lília Momplé nasceu em 1935, na Ilha de Moçambique, na província de Nampula, no norte do país. Iniciou o curso de Filologia Germânica, mas o abandonou para estudar Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Em 1972, após passar algum tempo na Grã-Bretanha e no Brasil, regressou a Moçambique, onde trabalhou como funcionária da Secretaria de Estado da Cultura como diretora do Fundo para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Moçambique (Fundac) e como Secretária-Geral da Associação de Escritores de Moçambique (AEMO), entre 1995 e 2001 (cf. ALÓS, 2011).

No campo literário, além do livro de contos *Ninguém matou Suhura* (1988), Lília Momplé escreveu também o romance *Neighbours* (1996) e o livro de contos *Os olhos da cobra verde* (1997). A

autora recebeu dois prêmios por contos presentes no livro *Ninguém matou Suhura*: em 2001, o Prêmio Caine para Escritores de África, com o conto “O baile de Celina”, e também o 1º Prêmio Novelística no Concurso Literário de Centenário da Cidade de Maputo, com o conto “Caniço” (cf. ALÓS, 2011).

O livro de contos *Ninguém matou Suhura* teve sua terceira edição em 2007, pela própria autora. Essa obra é composta por cinco contos: “Aconteceu em Saua-Saua”, “Caniço”, “O baile de Celina”, “Ninguém matou Suhura” e “O último pesadelo”. Com exceção do conto “O último pesadelo”, que é ambientado em Angola, todos os outros contos são ambientados em Moçambique. “Caniço” e “O baile de Celina” se passam em Lourenço Marques (hoje, Maputo); “Ninguém matou Suhura” se passa na Ilha de Moçambique e o primeiro conto do livro, “Aconteceu em Saua-Saua”, como traz o próprio título do conto, é ambientado em Saua-Saua.

Os contos presentes no livro estão cronologicamente apresentados, indo de junho de 1935 a abril de 1974, podendo, entretanto, ser lidos de forma aleatória. Como um todo, o livro denuncia a violência da colonização portuguesa em Angola e Moçambique, apresentando, em cada conto, os aspectos dessa violência, tais como a violência para com os cidadãos de classes social e econômica menos favorecidas, o racismo e a violência de gênero sofrida pelas mulheres africanas. Observa-se, na maioria dos contos, mais de um tipo de violência, mesmo que uma delas se destaque mais do que as outras.

O pensamento pós-colonial e o desenraizamento

Frantz Fanon nasceu na ilha da Martinica, no ano de 1925, estudou Medicina, especializando-se em Psiquiatria, e Filosofia, na França. Durante a Segunda Guerra Mundial, lutou junto às forças de resistência no norte da África e na Europa e, após a conclusão dos seus estudos na França, tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia (cf. GORDON, 2008).

Pele negra, máscaras brancas foi publicado em 1952, quando o autor sofria de leucemia. Nessa obra, Fanon discute a questão da alienação/desalienação do sujeito *martiniquois*, destacando a importância da tomada de consciência das realidades econômicas e sociais, visto que o sentimento de inferioridade surge de um duplo processo; o econômico e a interiorização da inferioridade. A seguir, ao tratar da questão da linguagem, e vinculada à sua discussão sobre alienação/desalienação, Fanon relembra o trecho de Karl Marx na sua XI tese sobre Feuerbach, que expressa a passagem do idealismo para o materialismo, propondo uma inversão da tradicional hierarquia pensamento-ação. Questões que relacionam a linguagem com a cultura também são levantadas, em especial quando Fanon considera que falar uma língua é, “sobretudo, assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p. 33). Dessa forma, cabe ressaltar que cultura autóctone é modificada, tanto pelo contato com outros povos, mas especialmente pela adoção da língua do colonizador e pela “interiorização” de sua cultura, o que, em um contexto de colonização, fez com que os povos autóctones tivessem que se situar diante de dois sistemas de referência. Associados ainda à alienação, os relacionamentos entre mulheres de cor e homens brancos e entre homens de cor e mulheres brancas são tratados por Fanon em vários exemplos citados ao longo do texto. Tais relacionamentos, em sua maioria, constituídos por um ideal de embranquecimento e desejo de acesso a um mundo supostamente mais “civilizado”, são sustentados por questões sociais e políticas.

Nessa obra, Fanon critica autores como Mannoni e Sartre. A crítica a Mannoni ocorre em função de sua afirmação de que o racismo não existe na elite francesa, ao que Fanon argumenta que certas práticas não são possíveis em uma comunidade sem que sejam legitimadas pela elite social e política. A crítica a Sartre é feita em função de questões relacionadas à classe e à raça, pois Fanon vê a negritude como um fim, destacando a necessidade de respeito à cultura e à cor da pele dos negros, de forma que o autor não vê com bons olhos o uso do adjetivo “negro” em expressões como “intelectual negro”, ou mesmo “autor negro”.

Não apenas Mannoni e Sartre são criticados por Fanon, mas também a Psicanálise, uma vez que, segundo ele, ela não se aplica às comunidades negras, especialmente ao se considerar as configurações familiares e o Complexo de Édipo. O entendimento de família, na teoria psicanalítica, corresponde ao

modelo ocidental, não contemplando outras configurações familiares, tais como o modelo poligâmico, o matrilinear ou mesmo a concepção de família expandida. A questão do Complexo de Édipo também se mostra limitada quando se pensa em comunidades matrilineares, como, por exemplo, o grupo Tsonga, estudado pelo antropólogo Radcliffe-Brown em “O irmão da mãe na África do Sul”, no qual a “função paterna” é exercida pelo tio (irmão da mãe). Dessa forma, essas críticas de Fanon remetem a Pierre Bourdieu (1983), quando este afirma que as ciências humanas e sociais acabaram por contribuir para a legitimação da ordem estabelecida e para reforçar os instrumentos simbólicos de dominação.

Cerca de dez anos antes, a filósofa francesa Simone Weil, em seu livro *O enraizamento*, publicado pela primeira vez em 1943, já debatia a questão da colonização. Em *O enraizamento*, obra concluída pouco antes de sua morte, aos 34 anos, Simone Weil considera que o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida do ser humano, sendo também uma das mais difíceis de definir. A filósofa francesa apresenta a ideia de que o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado, assim como certos pressentimentos de futuro:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente. (WEIL, 2001, p. 43)

A noção de *desenraizamento* surgiu a partir de sua experiência como operária, entre 1934 e 1935, em uma fábrica da Renault. Weil defende que há *desenraizamento* todas as vezes que há conquistas militares e que, de alguma forma, populações são submetidas ao domínio de outras nações. A autora define *nação* como o conjunto de territórios que reconhecem a autoridade de um mesmo Estado e acredita que somente a nação constitui por excelência a missão da coletividade para com o ser humano, a saber, assegurar através do presente uma ligação entre o passado e o futuro.

O *desenraizamento* geográfico, de acordo com Weil, ocorre em relação às coletividades que correspondem a territórios. Nesse contexto, a teórica critica as diversas ocupações francesas ao longo da história, destacando uma frase de um historiador catalão, ao contar a história das Vésperas sicilianas, segundo o qual “os franceses, que em toda parte em que dominam, são tão cruéis quanto é possível sê-lo” (WEIL, 2001, p. 100). Dessa forma, Weil defende que, quando se louvam os reis franceses por terem assimilado países conquistados, deve-se ter em mente que, na verdade, os desenraizaram em grande medida, uma vez que os afastaram de sua própria cultura¹. Sendo assim, de acordo com a autora, os povos que resistem à colonização, o fazem em uma tentativa de evitar perder seu passado, coletivo ou individual, pois essa perda é a grande tragédia humana.

A exegese de uma violação

O presente trabalho foi realizado através de levantamento bibliográfico e análise crítico-interpretativa sob os auspícios da crítica literária de orientação feminista.

O conto “Ninguém matou Suhura” é ambientado na Ilha de Moçambique e se passa em novembro de 1970. É dividido em três partes: “O dia do Senhor Administrador”; “O dia de Suhura” e “O fim do dia”.

¹ Weil defende que, nesse sentido, a França também passou por um certo *desenraizamento*, uma vez que a ânsia por conquistas a levou ao paradoxo de um patriotismo fundado, não sobre o amor ao passado, mas sobre a violenta ruptura com o passado do país, visto que rompia com alguns ideais da Revolução Francesa, tais como a emancipação dos servos, as liberdades das cidades e as lutas sociais (cf. WEIL, 2001).

A primeira parte do conto fala sobre o Senhor Administrador. O Senhor Administrador era um português com cerca de quarenta e oito anos, vivia na Ilha de Moçambique com sua esposa e seus filhos e acumulava as funções de Administrador de Distrito e Presidente da Câmara. Ele e sua esposa foram de Portugal a Moçambique e juntos “subiram sem desânimo as escadas da fortuna” (MOMPLÉ, 2007, p. 60). O Senhor Administrador mantinha um discreto quartinho na casa de D. Júlia Sá, para onde levava meninas virgens que, eventualmente, encontrava pelas ruas da Ilha de Moçambique, com o intuito de violentá-las. Na primeira parte do conto, quando o Senhor Administrador, ao se arrumar para mais um dia de trabalho, reflete acerca do companheirismo de sua esposa e da forma como tratavam os negros:

Juntos vieram de Portugal e subiram sem desânimo as escadas da fortuna. Quando ele era ainda um simples aspirante ao quadro administrativo, a mulher acompanhara-o por esse mato fora. *Juntos humilhavam os negros e incutiam-lhes o desprezo por si próprios.* Juntos exploravam os camponeses pobres e bajulavam os donos das plantações, juntos tinham breves rebates de consciência que acalmavam prontamente com obras de caridade. (MOMPLÉ, 2007, p. 60, grifo nosso).

Outra parte do “O dia do Senhor Administrador” que merece destaque é quando a esposa do Senhor Administrador e suas amigas conversavam sobre a filha de um médico da região, que tinha tido um filho de um negro:

Ao café, no grupo das senhoras, comentava-se um escândalo que aconteceu em Nampula: a filha única de um médico conhecido, casada com um branco como ela, dera à luz uma criança negra. A propósito, puseram-se a especular sobre raças e casamentos, e sobre as razões de tamanha desgraça na família do médico. (MOMPLÉ, 2007, p. 69)

Nesse momento, gerou-se grande indignação quando Manuela, a filha do Senhor Administrador, declarou que “era perfeitamente capaz de casar com um preto se gostasse dele e ele gostasse de mim” (MOMPLÉ, 2007, p. 70). D. Maria Inácia, sua mãe e esposa do Senhor Administrador, bateu na jovem e, alguns dias depois, voltou a conversar com a menina sobre o assunto:

– Ouve cá, minha filha – começou ela – sobre aquela coisa de seres capaz de casar com um preto. Onde é que tu achas que podes encontrar um preto com a tua instrução, o teu nível social, diz lá. Isso não existe, filha! Não achas que tenho razão? Além disso, um preto é sempre um preto. E tu, graças a Deus, és branca. (MOMPLÉ, 2007, p. 70)

O comentário de Manuela de que casaria com um homem negro, caso dele gostasse e o sentimento fosse recíproco, gerou profunda insatisfação em D. Maria Inácia, que demonstra seu descontentamento alegando não apenas questões referentes à cor, mas também por acreditar que não é possível que a filha encontre um homem negro com uma boa instrução e um bom nível social. Ainda, no que diz respeito à Manuela, a filha do Senhor Administrador, o conto apresenta suas estranhas “manias”, as quais nunca foram compreendidas pela sua família:

Como, por exemplo, chorar convulsivamente sempre que ouvia os negros a apanhar palmatoadas no Posto Administrativo, e levar ao colo crianças negras, e comer chima com a criadagem na cozinha, e a afeição demasiada pela velha Rabia, sua aia. (MOMPLÉ, 2007, p. 69)

Algum tempo depois, o Senhor Administrador recebe uma “reclamação” de sua filha Manuela por parte do diretor da Escola Técnica que, além desse cargo, era também delegado da Mocidade Portuguesa. A atuação de Manuela como professora na Escola Técnica foi o que levou o

diretor a procurar seu pai, pois a jovem professora tratava os alunos negros da mesma forma como tratava os brancos:

– Como sabe, nós temos a nossa polícia montada na Escola – continua o delegado – já vários alunos me têm vindo dizer que a professora Manuela trata bem de mais os alunos de cor, incluindo os negros. Infelizmente somos agora obrigados a apaparicar essa gatinha, e tê-los a estudar na Escola Técnica, onde dantes nem podiam entrar, já é um grande favor. Mas Manuela excede os limites. Trata os alunos negros como se fossem brancos. Aliás, ela própria mo declarou sem papas na língua. (MOMPLÉ, 2007, p. 72)

A segunda parte do conto fala sobre o dia de Suhura, uma jovem de quinze anos, analfabeta, órfã de pai e mãe e muito pobre. A jovem vivia com a avó desde a morte de sua mãe e foi escolhida pelo Senhor Administrador para ser a próxima vítima de sua violência quando, em uma quente tarde de novembro, caminhava pelas ruas da Ilha de Moçambique com duas amigas, e foi avistada pelo Senhor Administrador quando, em um movimento breve e ocasional, olhou para trás, rindo.

Na terceira parte do conto, “O fim do dia”, é relatado o encontro de Suhura com o Senhor Administrador em um quatinho na casa de D. Júlia Sá, onde Suhura encontra-se assustada diante do encontro com um desconhecido e tenta, desesperadamente, defender-se:

Trava-se então uma luta surda e feroz que o desejo cego do senhor administrador e o desespero da rapariga prolongam até à exaustão.

Vence o mais forte. Com o quimão rasgado e as capulanas espalhadas pelo chão, Suhura é arrastada para a cama. Ela, porém, não deixa de resistir, utilizando por fim a força dos seus dentes jovens. Por um breve instante, o homem e a rapariga encaram-se de frente e a ironia que brilha no fundo dos olhos de Suhura lembram ao senhor administrador um outro olhar, o inquietante olhar da sua filha Manuela. Então a raiva que o sufoca atinge o auge. Já não sabe se quer possuir ou matar esta negrinha que ousa resistir à sua vontade e que, embora subjugada pelo seu corpo possante, estrebucha e morde como um animal encurralado. Por fim, usa de toda a sua força, indiferente às consequências. Um grito rouco e breve é a resposta de Suhura. Depois o silêncio e a imobilidade total.

O senhor administrador só se apercebe do significado de tal silêncio e imobilidade quando, já de pé e meio vestido, repara que a rapariga não se levanta da cama. Observa-a melhor e não é preciso tocar-lhe para ter a certeza de que está morta. O corpo inerte conserva uma obstinada atitude de recusa e uma flor de sangue contorna-lhe as magras coxas. (MOMPLÉ, 2007, p. 85-86)

Apesar de outros trechos do conto mostrarem o quanto as mulheres negras eram vistas como objeto sexual pelos colonizadores portugueses, esse trecho é destacado por mostrar o quanto essas mulheres foram objetificadas e, por fim, despersonalizadas, o que fica evidente com o assassinato de Suhura. Nessa parte do conto, a autora relata o estupro de Suhura pelo Senhor Administrador, apesar de sua desesperada tentativa de resistência, quando “trava-se então uma luta surda e feroz que o desejo cego do senhor administrador e o desespero da rapariga prolongam até à exaustão” (MOMPLÉ, 2007, p. 85), o assassinato da jovem e a entrega de seu corpo à avó. O conto “Ninguém matou Suhura” denuncia a violência praticada pelos portugueses em suas colônias africanas e a relação que estabeleciam com os negros africanos.

A análise do conto “Ninguém matou Suhura” permite aproximações com as discussões propostas por Franz Fanon em diversos aspectos. Primeiramente, deve-se considerar que a adoção da língua do colonizador pelos países colonizados implica, direta ou indiretamente, em assumir também diversos aspectos culturais de país colonizador, uma vez que a língua é parte da cultura de um povo e diz muito da cultura desse povo. Nesse sentido, as culturas autóctones sofreram modificações pelo contato com os povos que os colonizaram e interiorizaram sua cultura, especialmente pela adoção de sua língua.

No que diz respeito aos relacionamentos que o Senhor Administrador mantinha com as meninas da Ilha de Moçambique, cabe ressaltar que esses não se tratavam de relacionamentos visando a um ideal de embranquecimento e desejo de acesso a um mundo supostamente mais civilizado, especialmente no caso de Suhura. Eram relacionamentos calcados nas relações de poder que existiam entre colonizador e povos colonizados. Nesse sentido, cabe ressaltar que o poder que o senhor Administrador tinha sobre o corpo das jovens da Ilha de Moçambique, com o apoio da D. Júlia Sá, dona da pensão e de alguns outros moçambicanos, que tinham o papel de localizar as meninas e comunicar a elas e suas famílias a decisão do Senhor Administrador, evidencia a hipótese de Fanon, de que certas práticas racistas apenas são possíveis em uma comunidade quando são, de alguma forma, legitimadas pela elite social e política.

Pode-se pensar no conto “Ninguém matou Suhura” como uma situação de *desenraizamento*, de acordo com a teoria de Weil (2001), uma vez que a narrativa se passa em um país conquistado, no qual a população estava submetida ao domínio de outra nação. Nesse caso, como em outras situações do colonialismo em África, a conquista pelos estrangeiros implicava em uma ruptura da possibilidade de ligação entre o passado e o futuro dos povos conquistados. A luta surda e feroz entre Suhura e o Senhor Administrador pode ser lida, nesse contexto, como uma resistência da jovem à dominação de seu corpo, no plano individual e, como uma resistência à colonização, uma vez que Suhura representa uma coletividade. Desse modo, a luta travada demonstra uma tentativa de evitar perder seu passado, tanto coletivo quanto individual.

Referências

- ALÓS, Anselmo Peres. A ficcionalização da história moçambicana nos contos de Lília Momplé. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 1.005-1.008, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000300018&script=sci_arttext. Acesso em: 29 jun. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- GORDON, Lewis. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 11-17.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã. 1º capítulo seguido das teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MOMPLÉ, Lília. *Ninguém matou Suhura*. Maputo: Edição da Autora, 2007.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. O irmão da mãe na África do Sul. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 27-45.
- WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.

Recebido em: 25 jan. 2016.

Aprovado em: 25 mar. 2016.